

**A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR: FORMAÇÃO DOCENTE E
TECNOLOGIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO.
THE IMPORTANCE OF SCHOOL INCLUSION: TEACHER TRAINING AND
TECHNOLOGY IN THE INCLUSION PROCESS.**

Anatália Gomes¹
Gilberliane Mayara Andrade²

RESUMO:

Esta pesquisa visa discutir a importância da inclusão no ambiente escolar, destacando a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e respeitosas para garantir acesso igualitário a todos os alunos. Baseado em legislações como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, enfatiza-se a relevância da educação inclusiva para o desenvolvimento integral dos estudantes. Explora-se a responsabilidade da escola em adaptar seu currículo e metodologias para atender às necessidades individuais de cada aluno, promovendo um ambiente harmonioso e respeitoso. Além disso, destaca-se a importância da formação continuada dos professores para lidar eficazmente com a diversidade dos estudantes. Conclui-se que a inclusão é um processo que demanda esforço conjunto para garantir a participação plena e igualitária de todos os alunos na comunidade escolar.

Palavras-chave: Inclusão, Educação Inclusiva, Ambiente Escolar, Práticas Pedagógicas, Formação de Professores.

ABSTRACT:

This research aims to discuss the importance of inclusion in the school environment, highlighting the need for inclusive and respectful pedagogical practices to guarantee equal access to all students. Based on legislation such as the Brazilian Law on the Inclusion of Persons with Disabilities, the relevance of inclusive education for the integral development of students is emphasized. The school's responsibility to adapt its curriculum and methodologies to meet the individual needs of each student is explored, promoting a harmonious and respectful environment. Furthermore, the importance of continuing teacher training to effectively deal with the diversity of students is highlighted. It is concluded that inclusion is a process that demands joint effort to ensure the full and equal participation of all students in the school community.

Keywords: Inclusion, Inclusive education, School Environment, Pedagogical Practices, Teacher Training.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão é um tema central e de grande relevância no contexto educacional e social contemporâneo, destacando a necessidade urgente de práticas pedagógicas inclusivas e

respeitosas que assegurem o acesso igualitário a todos os alunos. A professora Maria Teresa Eglér Mantoan salienta a importância de transformar a escola em um ambiente onde as crianças possam ser autênticas, e onde as diferenças não apenas sejam aceitas, mas verdadeiramente celebradas. Essa perspectiva é fundamental para promover uma educação que valorize a diversidade e ofereça oportunidades equitativas para todos.

Legislações como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência são essenciais para garantir que o direito à educação inclusiva seja efetivamente cumprido. Estas leis enfatizam a necessidade de uma abordagem colaborativa, onde instituições educacionais, juntamente com outros setores da sociedade, assumem a responsabilidade de adaptar currículos e metodologias para atender às necessidades individuais de cada estudante. Essa flexibilidade é crucial para criar um ambiente educacional harmonioso e respeitoso, que favoreça o desenvolvimento integral de todos os alunos.

Este trabalho visa examinar a importância da inclusão escolar e avaliar como a formação dos professores e a aplicação de tecnologias impactam a inclusão de alunos com deficiência. A pesquisa explora a utilização de tecnologias assistivas como ferramentas fundamentais no processo de inclusão, permitindo que todos os alunos tenham acesso às mesmas oportunidades. A análise dos desafios enfrentados pelos educadores na implementação dessas práticas inclusivas, especialmente no que diz respeito à integração das tecnologias assistivas no ambiente educacional, é uma parte essencial do estudo.

A questão principal que orienta este estudo é como a formação docente e o uso de tecnologias assistivas contribuem para a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Compreender essa relação é crucial para desenvolver estratégias eficazes que promovam um ensino verdadeiramente inclusivo, onde todos os alunos possam participar plenamente e alcançar seu potencial máximo.

Adotou-se uma abordagem metodológica robusta, baseada em pesquisa bibliográfica, revisando criteriosamente artigos científicos, livros e documentos oficiais que abordam amplamente a inclusão escolar e a formação docente. Além da revisão bibliográfica, também se analisa criticamente diversas legislações que orientam a educação inclusiva no Brasil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Esses marcos legais estabelecem diretrizes essenciais para assegurar que todas as crianças e adolescentes tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas.

Uma escola aberta aos princípios da educação inclusiva reconhece a individualidade da construção do conhecimento de cada aluno, e se preocupa com o desenvolvimento de um currículo escolar, voltado para a superação das necessidades individuais de cada aluno. Segundo Silva (2020), a inclusão escolar não é apenas uma questão educacional, mas um imperativo moral para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Essa afirmação sublinha a importância de uma educação que não exclua nenhum aluno com base em suas diferenças, mas que promova um ambiente onde todos tenham oportunidades igualitárias de aprendizado e desenvolvimento

A ideia primordial é a de que a escola, baseada em valores como liberdade, tolerância, convivência, democracia, pluralidade, diversidade, respeito, singularidade, solidariedade e equidade deveria:

(...)acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas(...). Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. (BRASIL,1994, p.6).

Importante destacar, a educação inclusiva, embora trate prioritariamente de crianças, não se refere somente a elas, mas de todos em geral. Pela histórica prática de exclusão, em nosso país temos um grande contingente de jovens e adultos analfabetos ou analfabetos funcionais que demandam oportunidade de reinserção na escola. E este segmento também exige uma atenção especial, dadas as suas características específicas, principalmente por já se encontrarem, em sua maioria, inseridos no mercado de trabalho e a muito ausentes do sistema escolar ou mesmo, sem nunca tê-la frequentado a escola. Atualmente diante de muita luta a inclusão vem sendo foco nas escolas, buscando meios e estratégias para um melhor atendimento e respeito a essas crianças.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência deve ser assegurada a promoção de condições de igualdades, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para as pessoas com qualquer tipo de deficiência, visando a inclusão social e a cidadania do sujeito.

2. PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO: METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO DOCENTE.

Sabemos que inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com deficiências não esteja à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido. Para haver inclusão das crianças com deficiências no processo educativo se faz necessário reconhecer a criança como pessoa que possui direito à escolarização e em seguida como criar novas estratégias educativas que possam contemplar os objetivos traçados, tanto para as crianças com deficiências, como para as sem deficiências.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), nº 13.146, DE 6 de julho de 2015 no seu capítulo IV, sobre direito à educação, diz que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (LBI, 2015).

É importante frisar que o processo de inclusão nas escolas ganhou grandes contribuições com a Constituição Federal (1988) que garante, em seu Artigo 205, a inclusão de todas as pessoas com deficiência no âmbito social e escolar:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2013, p. 34)

Diante deste cenário de inclusão a escola deve garantir o acesso e a permanência de todos os alunos com deficiência nas salas de aula na unidade valorizando e respeitando acima de tudo as diferenças e singularidades de cada aluno, e em seu currículo de ensino garantir uma metodologia adequada que venha a contemplar todos os alunos de forma igualitária e sem distinção.

Para tanto, a educação deverá oferecer instrumentos e condições que ajudem o aluno a aprender a aprender, a aprender a pensar, a conviver e a amar. Uma educação que ajuda a formular hipóteses, construir caminhos, tomar decisões, tanto no plano individual quanto no plano coletivo (MORAES, 1997, p. 211).

A educação inclusiva tem se revelado de extrema importância para que as crianças e adolescentes com necessidades educacionais específicas desenvolvam competências e habilidades a ser utilizadas no seu cotidiano e, hoje para que realmente aconteça uma inclusão social é necessária adequação do currículo e a utilização de novas metodologias. A inclusão social merece uma reflexão acerca da importância do oferecimento ao acesso e permanência destes alunos sem salas de aulas regulares, os quais eram excluídos do sistema de ensino regular e hoje se encontram incluídos junto aos outros alunos.

O processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização. O alvo a ser alcançado é a integração da criança portadora de deficiência na comunidade escolar. O objetivo principal é fazer com que a escola atue em todos os seus escalões, possibilitando a integração e o aprendizado de todas as crianças que dela fazem parte. Os alunos com dificuldades de aprendizagem, eles têm uma maneira diferente de aprender, portanto não é nada fácil estabelecer uma metodologia para os atendimentos desse aluno.

A Educação inclusiva dispõe como proposta ofertar espaço para todos, onde as pessoas tenham a oportunidade de aprenderem iguais condições. Porém, para atingirmos essa realidade, se torna necessário a execução de uma logística eficaz, com recursos materiais e humanos específicos.

2.1 A importância da formação continuada do professor para a inclusão da criança com deficiência.

A formação continuada do professor é fundamental para garantir a inclusão efetiva de crianças com deficiência no ambiente escolar. Essa formação permite que os educadores adquiram e atualizem as competências necessárias para enfrentar os desafios da educação inclusiva e proporcionar um ensino que atenda às necessidades específicas de todos os alunos.

Conforme destaca a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), é essencial que os profissionais da educação sejam capacitados para promover a inclusão. A legislação enfatiza a importância de adaptar currículos e metodologias para garantir que todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, tenham acesso pleno e equitativo à educação. A formação continuada dos professores é um meio crucial para que eles possam atender a essas exigências legais e criar um ambiente de aprendizagem acessível e inclusivo.

O teórico da educação, Michael Fullan (2011), reforça a importância da formação contínua ao afirmar que "a capacidade dos professores para criar e sustentar mudanças educacionais significativas está diretamente relacionada à sua formação e desenvolvimento profissional contínuos". Essa formação é indispensável para que os educadores se atualizem sobre novas metodologias, práticas pedagógicas inclusivas e tecnologias assistivas, permitindo-lhes adaptar suas estratégias de ensino às necessidades individuais dos alunos com deficiência.

Para garantir a qualidade na prática docente, é fundamental assegurar uma formação robusta para os profissionais envolvidos no processo educativo. A formação de professores está intrinsicamente ligada à formação do cidadão, e para que esses profissionais desempenhem suas funções com eficácia, é essencial que eles recebam uma formação continuada de alto nível (FREIRE, 2014). Tal formação não apenas favorece uma aprendizagem mais significativa, mas também contribui para o desenvolvimento infantil em diversos aspectos e amplia as experiências das crianças. Ela é crucial para a formação de cidadãos críticos, criativos, responsáveis, cooperativos, autônomos e participativos, almejando uma educação de excelência (FREIRE, 2014). O papel do professor é particularmente significativo, pois pode orientar a aprendizagem dos alunos e influenciar profundamente seu desenvolvimento pessoal e social. Assim, dentro de uma consciência do ser professor, com intencionalidades e comprometimento com sua atuação, logo:

Para ser professor é necessário: “ter uma concepção de educação; ter uma formação política, ética, isto é, ter compromisso; respeitar as diferenças; ter uma formação continuada; ser tolerante diante de atitudes, posturas e conhecimentos diferentes; preparar-se para o erro e a incerteza; ter autonomia didático pedagógica; ter domínio do saber específico que leciona; ser reflexivo e crítico; saber relacionar-se com os alunos; ter uma formação geral, polivalente e transversal”. Enfim... fazer da profissão um projeto de vida. (GADOTTI, 2003, p. 39).

No entanto, a lei que rege a educação brasileira, LDB nº 9.394/96, preconiza, no parágrafo único do art. 61, que a formação dos profissionais de educação se dará "de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica" (BRASIL, 1996). Esta lei menciona a formação inicial dos professores no âmbito do ensino superior e assegura nos parágrafos 2º e 3º do art. 62 da LDB nº 9.394/96 que,

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. § 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação à distância (BRASIL, 1996).

Com isso observa-se que está assegurada uma parceria que garante a formação inicial continuada. Por outro lado, percebe-se ainda que a formação continuada é abordada como responsabilidade de instâncias externas à escola. Ainda no art. 67 da referida Lei está preconizado que,

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do

magistério público: II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho (BRASIL, 1996).

Desta forma, compreende-se que a formação continuada, de acordo com a lei, poderá ocorrer em ambiente externo ao da escola básica. Uma proposta relevante é a de que a formação possa acontecer na forma de estudo em serviço, dentro do próprio ambiente escolar, para um melhor desempenho dos profissionais.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica afirmam que, são considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

2.2 A importância da tecnologia no processo de inclusão

A tecnologia desempenha um papel crucial no processo de inclusão no ambiente escolar. Ela pode ser uma ferramenta poderosa para adaptar o currículo e as metodologias de ensino, permitindo que todos os alunos tenham acesso ao conteúdo de forma igualitária. Além disso, a tecnologia pode facilitar a comunicação e a interação entre alunos e professores, promovendo um ambiente de aprendizagem mais colaborativo e inclusivo. Portanto, é essencial investir em recursos tecnológicos e capacitar os professores para utilizá-los de forma eficaz, contribuindo assim para a promoção da inclusão no ambiente escolar. Libâneo (2007) afirma que os envolvidos no processo de aprendizagem não podem ignorar a presença das tecnologias, sabendo da sua importância na sala de aula e na construção do saber.

A tecnologia está contribuindo cada vez mais no dia a dia das pessoas. À medida que a sociedade se aperfeiçoa, surgem novos conhecimentos e diferentes ferramentas no auxílio do processo de aprendizagem. A inclusão digital na educação é importante, pois, além de tratar de meios de interações de conhecimentos, facilita e motiva o processo de aprendizagem, que requer meios inventivos e troca de saberes, proporcionando a participação ativa dos alunos nas atividades escolares.

Na educação especial as tecnologias auxiliam os professores no bom desempenho e desenvolvimento na sala de aula, além de proporcionar para as crianças novas descobertas, onde todos participam e são incluídas em todos os aspectos do ambiente educacional. Para as pessoas com deficiência (PCD), as inovações são sinônimo de inclusão e têm como objetivo melhorar a qualidade de vida desses indivíduos.

2.3 Panorama Histórico e Legal da Inclusão Escolar no Brasil e no Mundo

A inclusão escolar é um conceito que tem evoluído ao longo das décadas, refletindo mudanças sociais, culturais e legais. Globalmente, o movimento pela inclusão começou a ganhar força no final do século XX, com a crescente conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência e a necessidade de proporcionar a todos os estudantes, independentemente de suas capacidades, oportunidades iguais de aprendizado.

No Brasil, o movimento pela inclusão escolar começou a tomar forma de maneira mais estruturada na década de 1990. A Constituição Federal de 1988 já previa a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988). No entanto, foi com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 que o país deu passos significativos em direção à inclusão, estabelecendo a educação especial como modalidade transversal em todos os níveis e modalidades de ensino (Brasil, 1996). A inclusão escolar no Brasil é sustentada por uma série de marcos legais que visam garantir o direito à educação para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades especiais.

A Constituição Federal de 1988 estabelece o direito à educação para todos e prevê o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 208, inciso III) (Brasil, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996 define a educação especial como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Art. 58) (Brasil, 1996). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é um documento orientador que reafirma o compromisso com a inclusão escolar e propõe diretrizes para a construção de sistemas educacionais inclusivos. Segundo a Secretaria de Educação Especial, o objetivo é "assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" (Brasil, 2008). A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com

Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146/2015 é um dos marcos mais importantes na legislação brasileira sobre inclusão. A LBI promove a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, assegurando a oferta de educação bilíngue em Libras como primeira língua e Português escrito como segunda língua, além de estabelecer que os sistemas educacionais devem adotar medidas de apoio para que as pessoas com deficiência possam efetivamente participar das atividades escolares (Brasil, 2015).

Embora o Brasil tenha avançado significativamente na criação de uma estrutura legal para apoiar a inclusão escolar, ainda existem desafios a serem superados. A formação de professores, a adaptação de currículos e a disponibilização de recursos tecnológicos e materiais de apoio são algumas das áreas que necessitam de atenção contínua para garantir uma inclusão efetiva. Mantoan (2003) destaca que "a formação de professores é crucial para o sucesso da inclusão escolar, sendo necessário investir em capacitação continuada e em práticas pedagógicas inclusivas."

O panorama histórico e legal da inclusão escolar no Brasil mostra um movimento crescente e contínuo em direção a uma educação mais justa e igualitária para todos os estudantes. Com a implementação de marcos legais importantes, como a Lei Brasileira de Inclusão, o país tem construído uma base sólida para promover a inclusão escolar, embora ainda existem muitos desafios a serem enfrentados para alcançar a plena inclusão.

2.4 Desafios na Formação Docente

A formação docente é um dos pilares fundamentais para o sucesso da inclusão escolar, mas também representa um dos maiores desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com a diversidade de necessidades e capacidades dos alunos. No entanto, diversos fatores dificultam essa preparação adequada. Um dos principais desafios está na insuficiência da formação inicial dos professores. Muitas vezes, os cursos de licenciatura e pedagogia não abordam de maneira adequada os conceitos e práticas necessárias para a inclusão escolar. Segundo Glat e Pletsch (2010), "a formação inicial dos professores ainda é marcada pela ausência de disciplinas específicas sobre a educação inclusiva, o que resulta em profissionais pouco preparados para enfrentar a diversidade nas salas de aula."

Além da formação inicial, a formação continuada é essencial para que os professores possam se atualizar e adquirir novas competências ao longo de sua carreira. No entanto, a oferta de programas de formação continuada ainda é limitada e muitas vezes não atende às

demandas dos professores. De acordo com Carvalho (2007), "a formação continuada é fundamental para que os docentes possam acompanhar as mudanças e inovações na área da educação inclusiva, mas muitos programas ainda são insuficientes ou inadequados."

Outro desafio significativo é a adaptação de metodologias de ensino para atender às necessidades de todos os alunos. Os professores precisam ser capazes de utilizar estratégias pedagógicas diversificadas que promovam a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições. Mantoan (2003) destaca que "a inclusão escolar exige que os professores adotem uma postura reflexiva e criativa, buscando sempre novas formas de envolver e apoiar os alunos com deficiência."

A falta de recursos e apoio também é um desafio recorrente. Muitas escolas não dispõem de materiais didáticos adequados, tecnologias assistivas ou infraestrutura acessível para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Além disso, o apoio de profissionais especializados, como psicólogos e terapeutas, muitas vezes é insuficiente. De acordo com Rodrigues (2006), "a ausência de recursos e apoio adequado compromete a eficácia das práticas inclusivas e sobrecarrega os professores, que muitas vezes se sentem desamparados."

Finalmente, a resistência e o preconceito por parte de alguns educadores, famílias e alunos também representam um obstáculo para a inclusão escolar. Superar essas barreiras exige um trabalho contínuo de sensibilização e conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência e a importância da inclusão. Mazzotta (2005) argumenta que "é preciso promover uma mudança de cultura nas escolas e na sociedade, para que a inclusão seja vista não apenas como uma obrigação legal, mas como um valor essencial."

Os desafios na formação docente para a inclusão escolar são complexos e multifacetados, envolvendo aspectos de formação inicial, continuada, adaptação metodológica, disponibilidade de recursos e superação de preconceitos. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário um esforço conjunto de universidades, escolas, governos e sociedade, visando garantir que todos os professores estejam devidamente preparados para acolher e educar todos os alunos de forma inclusiva.

3. ANÁLISE REFLEXIVA

Durante a condução desta pesquisa bibliográfica, ficou evidente que a inclusão escolar é um tema complexo e multifacetado, que exige um compromisso contínuo das instituições educacionais e dos profissionais da educação. A análise das diversas fontes de informação,

incluindo artigos científicos, livros e legislações, revelou que a formação docente é crucial para a implementação efetiva de práticas pedagógicas inclusivas.

Através da revisão da literatura, percebi que a formação contínua dos professores em relação às práticas inclusivas não é apenas uma necessidade teórica, mas uma realidade prática que precisa ser reforçada em todas as esferas educacionais. As políticas educacionais devem ser constantemente revisadas e atualizadas para refletir as necessidades da diversidade estudantil. Além disso, é fundamental que as escolas promovam um ambiente acolhedor e inclusivo, onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados. Com base nos achados desta pesquisa, proponho as seguintes estratégias para melhorar a inclusão escolar:

- **Formação Continuada:** Implementar programas de formação continuada para os professores, focados em práticas pedagógicas inclusivas e no manejo da diversidade em sala de aula.
- **Apoio Institucional:** Fortalecer o apoio institucional para a inclusão, garantindo que as escolas disponham de recursos adequados e suporte técnico para atender às necessidades dos alunos com deficiência.
- **Parcerias:** Estabelecer parcerias com organizações especializadas em inclusão para oferecer treinamento e apoio adicional aos professores e demais profissionais da educação.

A inclusão escolar não é apenas uma responsabilidade legal, mas também um compromisso ético e moral com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Através da implementação das estratégias propostas e do contínuo empenho na formação docente, é possível avançar significativamente na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

4.INCLUSÃO ESCOLAR: Desafios e perspectivas futuras

A inclusão escolar tem sido um tema central no debate educacional contemporâneo, refletindo a crescente compreensão da importância de garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade. O conceito de inclusão, que se refere à integração de alunos com necessidades especiais no sistema educacional regular, representa um avanço significativo em relação ao modelo tradicional de educação segregada. No entanto, a inclusão escolar enfrenta desafios consideráveis e apresenta diversas perspectivas para o futuro.

Entre os principais desafios da inclusão escolar está a falta de recursos e a formação adequada para os educadores. A implementação eficaz da inclusão exige que os professores estejam bem-preparados para lidar com uma variedade de necessidades educacionais e comportamentais. A falta de formação especializada pode limitar a capacidade dos professores de adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades dos alunos com deficiência (Smith, 2018). Além disso, a infraestrutura das escolas muitas vezes não é adequada para suportar a inclusão plena. Muitas instituições enfrentam dificuldades para adaptar seus espaços físicos e materiais didáticos para atender alunos com deficiências, o que pode criar barreiras significativas para a participação plena desses alunos no ambiente escolar (Avramidis & Norwich, 2021).

Outro desafio importante é a resistência à mudança, que pode vir tanto de educadores quanto de pais e da comunidade em geral. A inclusão escolar pode ser recebida com ceticismo, especialmente em contextos em que a educação inclusiva ainda não está bem estabelecida. Esse ceticismo pode gerar conflitos e dificultar a implementação de práticas inclusivas efetivas (Rouse, 2019).

Apesar desses desafios, existem várias perspectivas promissoras para o futuro da inclusão escolar. A crescente conscientização e o compromisso com a equidade educacional estão impulsionando reformas e inovações no sistema educacional. Um exemplo é a expansão da formação contínua para professores, que está se tornando cada vez mais comum. Programas de desenvolvimento profissional que se concentram em práticas inclusivas podem ajudar os educadores a adquirirem as habilidades necessárias para atender a uma ampla gama de necessidades (Florian, 2022). Além disso, a tecnologia está desempenhando um papel crucial na promoção da inclusão escolar. Ferramentas e recursos tecnológicos podem ser utilizados para adaptar materiais didáticos e criar ambientes de aprendizagem mais acessíveis. Tecnologias assistivas, como softwares de leitura e dispositivos de comunicação, facilitam a participação ativa de alunos com diferentes tipos de deficiência (Edyburn, 2020).

A colaboração entre escolas, famílias e comunidades também está se tornando uma tendência crescente. Parcerias mais eficazes entre esses grupos podem fortalecer a implementação de práticas inclusivas e garantir que todos os alunos recebam o suporte necessário (Turnbull et al., 2021). A criação de redes de apoio e recursos compartilhados pode ajudar a superar as barreiras que atualmente limitam a inclusão. Além disso, a inclusão escolar está se tornando um foco crescente em políticas educacionais e pesquisas acadêmicas. A implementação de políticas que promovam a inclusão e a revisão contínua das práticas

educacionais pode contribuir para a construção de um sistema educacional mais equitativo e acessível (Mitchell, 2019).

Portanto, diante do exposto analisamos que a integração de alunos especiais em escolas regulares deve ser valorizada a cada instante, resultado de constantes debates a respeito de educação de indivíduos com alguma deficiência e do engajamento da sociedade na luta para que sejam respeitados os direitos dessas pessoas. Atualmente, o questionamento acerca do ensino inclusivo tem conquista dos espaços no âmbito internacional. No Brasil, decretos, leis têm sido aprovadas no sentido de implementação da inclusão total do ensino dessa modalidade, gerando melhorias no que se refere às condições do estudo, e o acesso à uma escola participativa e democrática, sem discriminações. Atualmente, é cada vez maior referências de alunos especiais nas escolas, nos níveis de escolarização, compartilhando do mesmo ensino, no mesmo ambiente escolar, promovendo, assim, a igualdade de oportunidades, valorizando as diferenças e a diversidade; esse é o propósito da Inclusão escolar: tratar a todos de forma igualitária, democrática, ética, livre preconceito. Todo esse contexto na verdade refere-se a uma educação abrangente, pois atende com prioridade, crianças, jovens e adultos especiais.

Concluindo-se este estudo, confirmou-se a certeza de que a inclusão não é uma utopia, mas um ideal a ser construído com trabalho árduo, vontade e muita disposição para grandes mudanças. A Educação Inclusiva representa o futuro da educação para as pessoas portadoras de necessidades especiais e para as pessoas normais. O convívio é o futuro. A exclusão é o passado que se deseja esquecer. É relevante aceitar estas mudanças e trabalhar para efetivá-las urgentemente.

Enfim, se estamos em busca de uma sociedade para todos, sociedade essa, consciente da grande diversidade da humanidade, que procura se reestruturar com base para atender às necessidades de cada cidadão, precisamos reestruturar nossas práticas pedagógicas para esse mesmo fim. Esse é o caminho, e só há um jeito de fazer inclusão: Fazendo, apesar das dificuldades, das adversidades e das constantes batalhas que se desenrolaram.

REFERÊNCIAS

ADAMY, Nery. Psicopedagogia: Cérebro, Transtornos e Aprendizagem. Natal, RN: Gráfica Sul & Editora, 2018.

AVRAMIDIS, E., & NORWICH, B. Inclusive Education: A Practical Guide to Supporting All Students. Routledge, 2021.

BRASIL. Constituição (1988. art. 206). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 06/04/2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, 2015.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

Brasil. (2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>

Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

COLOMBINI, Luciana. Inclusão Escolar: Mudança de Olhar. Disponível em: http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/BoasPraticas/INCLMUDANCAOLHARCOMUNESCOLARCONSTRESCOLAMELHORINCLUSIVA.pdf. Acesso em 20/03/2023.

EDYBURN, D. L. Technology and Students with Disabilities: Insights and Innovations. Springer, 2020.

FLORIAN, L. The Inclusive Classroom: Strategies for Teaching All Students. Sage Publications, 2022.

FULLAN, Michael. The New Meaning of Educational Change. 4. ed. New York: Teachers College Press, 2011.

JORDAN, A., & HARGREAVES, D. Inclusive Education and the Role of Teachers. Oxford University Press, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar).

MITCHELL, D. What Really Works in Special and Inclusive Education: Using Evidence-Based Teaching Strategies. Routledge, 2019.

ROUSE, M. Inclusive Education and the Politics of the Common School. Palgrave Macmillan, 2019.

SMITH, D. D. Introduction to Special Education: Making a Difference. Pearson Education, 2018.

TURNBULL, A. P., TURNBULL, H. R., WEHMEYER, M. L., & SHOGREN, K. A. Exceptional Lives: Special Education in Today's Schools. Pearson, 2021.

UFMG. Acesso ao documento: Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VRNS9NRMLX/1/luzia_acpp_final.pdf. Acesso em 03/04/2023.